

O LABOR FILOLÓGICO NA EDIÇÃO DE UM MANUSCRITO HISTÓRICO DO SÉCULO XIX

PHILOLOGICAL LABOR IN THE EDITION OF A XIX CENTURY HISTORICAL MANUSCRIPT

Tamires Sales de QUADROS¹
Eliana Correia Brandão GONÇALVES²

RESUMO: Neste trabalho são apresentadas três edições filológicas, em versões fac-similar, semidiplomática e interpretativa, de um manuscrito disponibilizado na plataforma digital do Projeto Resgate, no site da Biblioteca Nacional. Escrito em 7 de julho de 1822, o texto trata da aclamação do Príncipe D. Pedro na vila de Itapicurú³. Assim, foram descritas as informações sobre o documento e seus contextos de produção, além de serem apresentados o fac-símile e as edições, com os respectivos critérios. O documento é acrescido em significações, quando é proposta a sua leitura com um viés político-histórico e pedagógico, por meio de edições de textos – conservadoras e atualizadas – que são direcionadas tanto a um público de especialistas – em estudos linguísticos, literários, históricos e afins – quanto a um público mais amplo, externo ao meio acadêmico. Assim, contemplando leitores não especializados, o trabalho filológico também pode se tornar instrumentação coletiva e individual para o reconhecimento das narrativas registradas na edição de documentos históricos e da história dos grupos sociais, de sua língua e de sua luta.

PALAVRAS-CHAVE: Filologia. Paleografia. Edição de documentos históricos. Século XIX. Biblioteca Nacional.

ABSTRACT: This paper presents three philological editions, facsimile, semidiplomatic and interpretative, of a manuscript made available on the Projeto Resgate digital platform, on the Biblioteca Nacional website. Written on July 7, 1822, the text deals with the acclamation of Prince D. Pedro in the village of Itapicurú. Thus, the information about the document and its production contexts were described, as well as the facsimile and the editions, with the respective criteria. The document is added in meanings, when it is proposed to be read with a political-historical and pedagogical bias, through conservative and updated editions of texts that are directed to an audience of specialists in linguistic, literary, historical and cultural studies. related - to a wider audience, outside the academic world. Thus, contemplating non-specialized readers, philological work can also become collective and individual instrumentation for the recognition of narratives recorded in the editing of historical documents and the history of social groups, their language and their struggle.

KEYWORDS: Philology. Paleography. Editing of historical documents. XIX Century. National Library.

1. Graduanda em Letras; Membro do Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA; Área de Filologia, Instituto de Letras; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil; E-mail: ts.quadros@hotmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7422-2242>.

2. Doutora e Professora Adjunta da Graduação e do PPGLinC – UFBA; Coordenadora do Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais – GEFILL – UFBA; Área de Filologia, Instituto de Letras; Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil; E-mail: elianabrand7@gmail.com; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1064-5382>.

3. Para este artigo, foi adotada a forma gráfica do topônimo que foi encontrada no manuscrito.

Introdução

A proposta deste artigo é apresentar três edições filológicas – fac-similar, semi-diplomática e interpretativa – de um manuscrito do século XIX, oriundo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa e disponibilizado pelo Projeto Resgate (2009), no site da Biblioteca Nacional Digital. Nas edições propostas, são considerados, como públicos-alvo, leitores especializados da área de Letras e afins, e também leitores não especializados, que se interessam ou podem se interessar pela narrativa registrada nas edições do referido documento.

Nesse caso, o documento é acrescido em significações, quando é proposta a sua leitura com um viés político-histórico e pedagógico, visto que parte da história do desenvolvimento do nosso país e extensivamente a história da língua nos textos merece e pode ser lida nas fontes documentais históricas. E para tanto, o trabalho filológico é capaz de mediar essa leitura, reforçando a importância da Filologia para o desenvolvimento de pesquisas linguísticas, na sua luta contra o apagamento da história, dos textos e das línguas (GONÇALVES, 2017; 2019). Em razão disto, é reconhecida a relevância das considerações desenvolvidas por Chartier (2010), Le Goff (1996) e Ricoeur (2008); da discussão sobre edição, documentação histórica e memória, a partir de Cambraia (2005), Costa (2006; 2018), Fachin (2006; 2009), Gonçalves (2017; 2018; 2019) e Silva (2012; 2014); e dos estudos paleográficos, históricos e diplomáticos desenvolvidos por Acioli (2003), Bellotto (2002), Munhoz (2015), Sanchis (2000) e Spina (1977), com o propósito de difundir os textos editados ao público especializado e não especializado.

1. O testemunho sobre a aclamação do Príncipe D. Pedro

O testemunho a ser utilizado para edição trata-se da cópia de uma Carta disponibilizada na plataforma digital do Projeto Resgate, no site da Biblioteca Nacional, escrita em 7 de julho de 1822, que registra a aclamação do Príncipe D. Pedro na Vila de Itapicuru. O manuscrito está acompanhado de uma certidão, que traz maiores informações sobre como se deu o processo de aclamação do príncipe. Outra versão do mesmo documento foi encontrada na seção de periódicos do acervo digital da Biblioteca Nacional, na Gazeta do Rio de Janeiro, Imprensa Régia (1819-1822), publicado neste jornal, à época, como Ofício.

O testemunho publicado no referido jornal não será objeto de edição deste artigo, mas será utilizado para construir alguns comentários em confronto com o manuscrito que será objeto das edições. No mais, o documento que o acompanha, já não é a Certidão, mas um Termo de Vereação. Segundo Bellotto (2002, p. 88), a Certidão constitui-se em documento diplomático testemunhal comprobatório, emanado de fun-

cionário de fé pública e transcrito posteriormente a partir de documento de assentamento. O Termo é um documento diplomático testemunhal de assentamento, que registra um ato administrativo, contratual, de ajuste ou uma vontade; por isto considera-se que a Certidão encontrada junto ao manuscrito é oriunda do Termo de Vereação, que representa, neste caso, a vontade dos vereadores. Em uma Certidão, ocorre a fórmula textual “Certifico que” (BELLOTTO, 2002), como se dá no documento que acompanha o manuscrito constante na plataforma do Projeto Resgate.

Entre os sujeitos citados no manuscrito, encontram-se nomes importantes do cenário político da época, que contribuíram para insuflar as ideias de independência da Bahia e do príncipe regente como principal representante do novo momento político: o Juiz Ordinário do Senado da Câmara e também Presidente da Câmara de Itapicurú, José Antonio de Souza; o Procurador Antonio dos Santos Jardim; o Escrivão Francisco Gonçalves Leite; os vereadores Ignácio dos Reis Peixoto, Manoel Joaquim do Carmo, Manoel Moureira de Assumpção; e quem assina o documento, Antonio de Paiva Pereira da Silva. Outros nomes são citados como partícipes da reunião da Câmara da Vila de Itapicurú, na Certidão e no Termo, e mencionados, muito provavelmente, como representantes populares na reunião.

Eis, portanto, uma das tarefas primordiais da Filologia: desvendar não só o que ficou registrado por escrito, mas também o que está nas entrelinhas, já que o acesso à escrita não foi - e ainda não é - privilégio de todas as sociedades. Trata-se de “ouvir o inaudível”, tarefa precípua das investigações em linguística histórica (MATTOS E SILVA, 2008, p. 7) e “escutar os mortos com os olhos” (CHARTIER, 2010), ou seja, perscrutar o que não pôde ficar registrado e analisar minuciosamente os materiais disponíveis, por meio de um olhar atento aos textos. Com o compromisso de não repetir os equívocos do passado, é preciso também compartilhar as descobertas e os sentidos que podem ser atribuídos aos escritos, pois, cotidianamente, “para o pior e para nossa vergonha, a crueldade com que nossas sociedades tratam os excluídos do escrito e aqueles que a miséria do mundo e a brutalidade das leis deixaram sem documentos, relembra os desafios éticos e políticos ligados ao acesso à escrita [...] (CHARTIER, 2010, p. 22)”.

2. Manuscrito, memória e escrita

Uma das informações importantes que compõem a produção deste manuscrito é o processo de independência do Brasil, no qual vigorava um idealismo antilusitano, o ressentimento de repressões anteriores e a vontade de afirmação de um suposto nacionalismo brasileiro, que mobilizou as elites (especialmente no Nordeste), inspiradas por teorias liberalistas francesas e norte-americanas, mas também as camadas populares, que se engajaram para reivindicar suas demandas (SALDANHA, 2001). No documento selecio-

nado, encontra-se um relato que sinaliza o apoio político da Câmara da Vila de Itapicurú ao príncipe regente, aclamando D. Pedro como regente e defensor perpétuo do Reino do Brasil, demonstrando o pioneirismo da Região Nordeste no processo de independência e a culminância da independência da Bahia, entre os estados daquela região.

Há, no entanto, controvérsias entre os historiadores sobre a natureza das relações entre as elites e as camadas populares, se realmente houve união pela independência ou não, como dá a entender o documento analisado. Segundo Guerra Filho (2004, p. 38):

Em pleno processo de criação de um Estado de pretensões nacionais - enquanto território e discurso - haverá, como não poderia deixar de ser, e para além do embate entre portugueses e brasileiros na Bahia, forte tensão e disputa entre projetos ou interesses políticos de origens sociais diversas. Estes projetos, aliás, já vinham se enfrentando desde finais do século XVIII, o que pode ser considerado como o mais inequívoco sinal de crise do sistema colonial no Brasil.

No olhar de Guerra Filho (2004), a ideia de um projeto político unânime pela independência não existe, pois os interesses das diferentes camadas sociais também eram distintos. Por outro lado, Amaral (2005) sustenta uma interpretação semelhante à que foi encontrada no manuscrito:

O fato culminante da independência se deu aqui na Bahia, pela ação das câmaras municipais, o que é um acontecimento digno de ser citado, porque foi uma resolução de gente capaz da liberdade, pela resistência do povo, pela sua constância na luta e pelo seu valor no sofrimento, assim como pelos outros fatores que vieram, de pontos diversos, concorrer para o triunfo, o qual foi, na realidade, a vitória da causa nacional [...] (AMARAL, 2005, p. 17, 18).

No caso de Itapicurú, os funcionários da Câmara estavam dando confirmação a uma sequência de atos populares em favor da independência. Porém, o manuscrito não registra se era da vontade popular que D. Pedro assumisse o posto de imperador do Brasil. Mas, segundo a perspectiva de teóricos como Amaral (2005), a independência teria sido a culminância do desejo do povo brasileiro e de parte dos representantes das elites pela libertação do Brasil da metrópole portuguesa, tendo como aliados os ritos processuais políticos legitimados. No entanto, atualmente, por meio do estudo de outros registros, a historiografia tem ampliado suas respostas para algumas dessas questões. De todo modo, por meio da análise deste documento pode-se notar indícios da formação da nação brasileira e sua consolidação, contando com a participação de figuras políticas que demonstraram ser relevantes na propagação dos propósitos de independência.

Portanto, segundo Chartier (2010), pode ser considerada a pluralidade das intervenções implicadas na publicação de um texto, como se deu com esse documento, em que é sinalizada mais de uma voz no discurso. Esta característica remonta não só ao processo histórico, no que se refere à tão discutida legitimidade da independência proclamada pelo príncipe D. Pedro, como também remonta à discussão sobre a tipologia documental a que pertence este testemunho.

É preciso atentar para as decisões que foram tomadas pelo *scriptor* ou *scriptores* para fazer com que seus leitores compreendessem as informações do modo mais próximo que a conceberam, mas também observar “[...] a confrontação entre as razões dos atores e as circunstâncias constrangedoras que eles ignoram” (CHARTIER, 2010, p. 12).

Para Chartier (2010), “[...] a historicidade primeira de um texto é a que lhe vem das negociações estabelecidas entre a ordem do discurso que governa sua escrita, seu gênero, seu estatuto, e as condições materiais de sua publicação” (CHARTIER, 2010, p. 22). Com base nisto, é importante ressaltar acerca dos poderes estabelecidos sobre a escrita, delegados prioritariamente e majoritariamente às elites econômicas e intelectuais, facultando-lhes o controle da interpretação das leis e das decisões políticas. Ter isso em mente é essencial para a análise do manuscrito, grafado em um contexto de embate político de ideias e objetivos.

Tal documento, utilizado como instrumento de comunicação desse período, representa um baú de memórias dos referidos processos históricos e documentais, além de revelar diversas informações sobre a língua, a história e a cultura. Portanto, a pesquisa, que se insere no campo de estudos da Filologia, analisa a materialidade histórica do texto escrito, interpreta e explora as diversas significações que o texto pode apresentar, com base na língua.

No contexto filológico-linguístico, na elaboração de edições,

[...] é preciso avaliar questões como tipologia textual, gênero textual, processo de produção, circulação e recepção dos textos, normas ortográficas utilizadas na época de produção do texto, *usus scribendi*, além da necessidade de recorrência às obras lexicográficas e gramaticais para elucidação de certas unidades lexicais localizadas nos textos. Mas, por vezes, para elucidar os contextos linguísticos e discursivos que figuram no texto histórico, [...] o filólogo-linguista pode seguir caminhos críticos que o conduzirão a diferentes edições que se destinam a públicos diferenciados e que, portanto, desempenham diferentes funções (GONÇALVES, 2019, p. 15).

Neste sentido, é considerada a afirmativa de Le Goff (1996), de que um *documento* pode vir a ser *monumento*, ao ampliar seus propósitos, ao ser utilizado pelo poder, que está associado às representações impostas dos textos escritos e que são as matrizes das classificações e dos julgamentos sobre a história (CHARTIER, 2010, p. 26). No entanto, para Le Goff (1996), ao estar ciente disto, o historiador ou pesquisador não deve se desviar do seu objetivo crítico:

[...] o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 470).

A memória, segundo Ricoeur (2008), às vezes é tratada como impressão-afecção dos fatos ocorridos, como um registro; outras vezes como expressão de conhecimento que revela poder e capacidade, evocados pelas “imagens” que se relacionam com o passado, e de outro modo, como uma evocação ou como rememoração deste passado, conforme as tradições platônicas e aristotélicas. Seja como for, é por meio da memória que os processos históricos são lidos e narrados.

No mais, retornando à questão que o manuscrito apresenta, visto que foram encontradas duas versões do mesmo testemunho sob a denominação de tipologias diferentes, Carta⁴ e Ofício, será necessário defini-las, conforme suas características diplomáticas. No caso das Cartas, elas podem ser definidas como “documento não-diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso” (BELLOTTO, 2002, p. 51). Para Sanchis (2000), as Cartas podem também figurar como informação diplomática e converter-se em fonte de informação política, apresentando diferentes tipos de relação, podendo surgir como cartas políticas, às vezes públicas, outras vezes privadas, que contribuem para esclarecer aspectos importantes das decisões dos governantes.

Fachin (2006) aponta, com base na classificação proposta por Bellotto (2002), no glossário de espécies documentais referente ao Catálogo de documentos manuscritos avulsos da Capitania de São Paulo, publicado pela mesma equipe do Projeto Resgate (2009), que embora alguns documentos que analisa não sejam classificados como documentos diplomáticos, podem ter uma estrutura mais ou menos determinada.

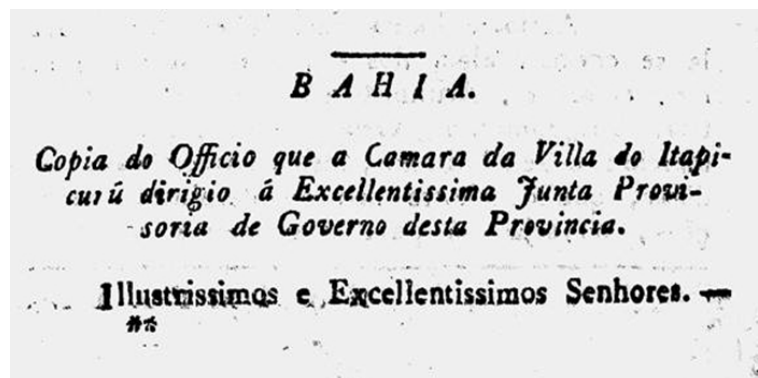
Quanto aos Ofícios, segundo Bellotto (2002), podem ser entendidos como documentos não-diplomáticos, informativos, utilizados como meios de comunicação do serviço público, em caráter oficial, com teor exclusivamente institucional. Muito comumente, as tipologias são confundidas, por apresentarem características muito semelhantes. Contudo, os Ofícios tendem a marcar as relações entre instituições, enquanto as Cartas circulam muito mais entre particulares, ainda que apresentem teor político, como explica Sanchis (2000).

A versão do documento encontrada no jornal Gazeta do Rio de Janeiro apresenta uma informação a mais, conforme indica a síntese que o antecede na publicação (Figura 1). Segundo o resumo do documento feito pelo Projeto Resgate, a suposta Car-

4. Os termos em questão estão indicados em letra maiúscula por se tratarem de categorizações referentes à normatização dos estudos diplomáticos.

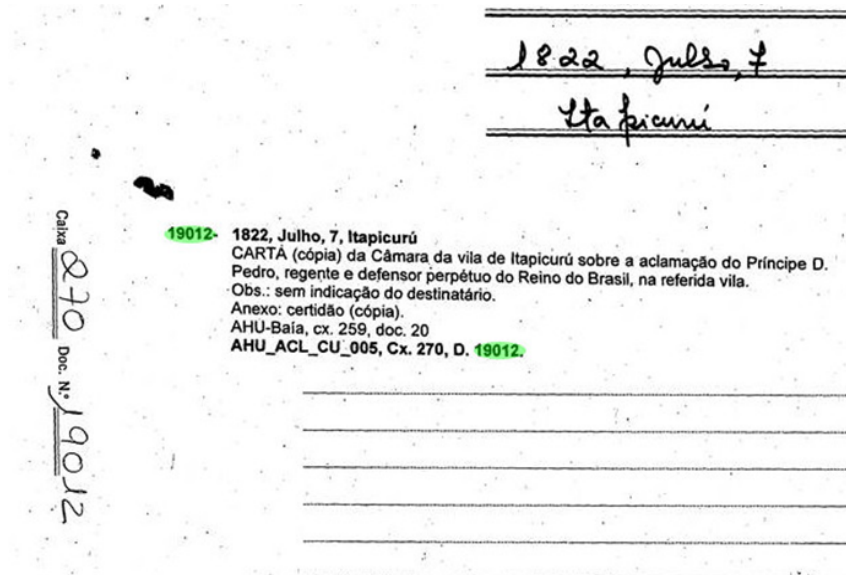
ta não apresenta indicação de destinatário (Figura 2), enquanto a versão publicada à época como Ofício informa que se trata de um Ofício da Câmara da Vila de Itapicurú à Junta Provisória do Governo. Ou seja, a fórmula textual de endereço “Ilustríssimos e Excellentíssimos Senhores” (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 2) indica como destinatários os membros da Junta Provisória do Governo.

Figura 1 – Excerto de Ofício publicado na Gazeta do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro, Imprensa Régia (1819-1822)⁵



Fonte: Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional
Código TRB00790.0072, rótulo 749664

Figura 2 - Fac-símile da Resenha publicada na plataforma digital do Projeto Resgate



Fonte: Fundo AHU-Bahia, cx.259, doc.20
AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012
Biblioteca Nacional Digital

5. A publicação do Ofício encontra-se em páginas diferentes do jornal. Por esta razão, julgou-se mais interessante colocar a continuação à parte, a fim de proporcionar melhor visualização das diferenças. Segue link para consulta: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&PagFis=7490&Pesq=Itapicurú>>.

Figura 3 - Fac-símile de Ofício da Câmara de Itapicurú sobre a aclamação do príncipe D. Pedro publicado na Gazeta do Rio de Janeiro, Imprensa Régia (1819 - 1822)



Fonte: Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional
Código TRB00790.0072, rótulo 749664

Deste modo, por se tratar de uma comunicação advinda de uma Câmara de Vereadores direcionada aos membros de uma Junta Governativa, representando uma relação entre instituições, o manuscrito pode ser classificado como um Ofício. No quadro seguinte, demonstra-se uma análise diplomática comparativa entre Carta e Ofício, exemplificando tal afirmação, pautada nas experiências de análise realizadas no Grupo de Estudos Filológicos e Lexicais (GEFILL-UFBA), a partir do aporte teórico de Bellotto (2002) e Spina (1977).

Quadro 1 - Análise diplomática comparativa entre Carta e Ofício
(BELLOTTO, 2002, p. 39-88) ; SPINA, 1977, p. 49-7)

DIVISÃO ANALÍTICA DE DOCUMENTOS DIPLOMÁTICOS		COMPONENTES DA CARTA	COMPONENTES DO OFÍCIO
Protocolo Inicial	Invocação (Ex: "Em nome de Deus")	Fórmula circunstancial	Sem ocorrência
	Titulação (formada pelo nome próprio da autoridade (soberana ou delegada) de que emana o ato e por seus títulos)	Sem ocorrência	Fórmula circunstancial
	Direção ou endereço (parte que nomeia a quem o ato se dirige, seja um destinatário individual ou coletivo)	Fórmula obrigatória Ex: Ilustríssimos e Excellentísimos Senhores (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 2)	Fórmula obrigatória
	Saudação (parte final do protocolo)	Sem ocorrência	Sem ocorrência

Texto	Preâmbulo [no qual se justifica (por razões de ordem moral, jurídica ou material) a criação do ato]	Sem ocorrência	Sem ocorrência
	Notificação (Ex: "tenho a honra de comunicar a vós")	Fórmula circunstancial	Sem ocorrência
	Exposição (na qual são explicitadas as causas do ato, o que o originou, quais as necessidades administrativas, políticas, jurídicas, econômicas, sociais ou culturais que o tornaram necessário)	Fórmula obrigatória	Fórmula Obrigatória
		Ex: "[...] Não de=/vemos demorar hum instante a participarmos a Vossas Excellencias/ que tendo hoje concorrido em grande numero á praça desta Villa [...] (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 2 - 20)	
	Dispositivo (a substância do ato, seu "assunto" propriamente dito, em que se determina o que se quer (iniciado por um verbo na primeira pessoa, como "ordeno", "mando", "estabeleço", "sou servido ..." etc)	Fórmula circunstancial	Sem ocorrência
	Sanção (na qual se assinalam as penalidades, no caso do não cumprimento do dispositivo)	Fórmula circunstancial	Sem ocorrência
Corroboração ou cláusulas finais (em que se dispõe sobre os meios morais ou materiais que asseguram a execução do dispositivo)	Fórmula circunstancial	Sem ocorrência	
Protocolo Final	Subscrição ou assinatura (a assinatura do emissor/autor do documento ou quem o faça por sua ordem)	Fórmula obrigatória	Fórmula obrigatória
	Ex: "[Antonio de Paiva Pereira da Silva]" (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 27)		
	Datação (data tópica e/ou data cronológica, ou o elemento topográfico do elemento cronológico. A primeira é referente à forma como está designado no documento o local onde ele foi assinado, palácio, cidade ou logradouro. A segunda corresponde ao dia, mês e ano)	Fórmula obrigatória	Fórmula Obrigatória
Precação (assinatura de testemunhas e sinais de validação, como carimbos e selos)	Ex: "Villa do Itapicurú, em Câmara de sete de/ julho de mil oitocentos e vinte dous." (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 20-21)		
	Fórmula circunstancial	Fórmula circunstancial	
Ex: "José Antonio de Souza =juiz/ordinário,, Ignacio dos Reis Peixoto =Vereador [...]" (AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012, L. 21 - 25)			

Fonte: Elaboração própria a partir de Spina (1977) e Bellotto (2002).

Observa-se nos exemplos que foram possíveis destacar, que as informações constantes no documento confundem-se muito facilmente na designação de ambas as tipologias mencionadas, podendo gerar dúvidas na consistência de sua classificação. De todo modo, as Cartas históricas e os Ofícios muitas vezes manifestam intenções políticas e apresentam uma estrutura formal, por isso podem ser tratados como documentos diplomáticos e submetidos à análise diplomática, já que “todo documento cuja estrutura comporta dados fixos e dados variáveis pode ser submetido à análise diplomática” (BELLOTTO, 2002, p. 42). Em torno disto, Munhoz (2015, p. 509) explica:

Embora os documentos não-diplomáticos não sejam condicionados a uma estrutura fixa de redação obrigatória, em oposição ao “texto livre”, permitem uma leitura diplomática por contarem com regularidades estruturais, tais como a saudação e o fecho, além de sua gênese derivar da motivação da evidente necessidade de comunicação dos governos ultramarinos e sua sede na Europa.

Com o auxílio dos estudos paleográficos, é possível analisar o tipo de escrita, os sinais abreviativos e os sinais de pontuação e acentuação do manuscrito. Assim, os procedimentos da Paleografia em conjunto com as instruções da Diplomática permitem resgatar a origem e a procedência do documento e criticar sua autenticidade (ACIOLI, 2003). A exemplo disto, foram encontradas divergências entre a versão manuscrita e a versão impressa do documento, que, submetidas à análise paleográfica, indicam que houve supressão de partes do texto na versão manuscrita, pois a versão impressa apresenta detalhes que não constam no manuscrito.

Portanto, as informações reunidas sobre o documento indicam que houve modificações, especialmente acréscimos de conteúdo e forma na publicação emitida no *Jornal Gazeta do Rio de Janeiro* (1819 - 1822), com relação ao manuscrito. Tais observações demonstram o quanto a Paleografia é importante para a elucidação de aspectos que envolvem os contextos de produção, circulação e recepção dos textos, partindo da versão manuscrita para a impressa e/ou vice-versa.

Assim, tanto as Cartas, como os Ofícios podem ser interpretados como documentos diplomáticos e analisados a partir desta perspectiva. E, considerando o objetivo da pesquisa e do artigo, que é a difusão do texto tanto para um público especializado quanto para um público mais amplo de leitores, sem que se perca o objetivo de uma edição confiável para estudos linguísticos, serão apresentados critérios de edição diferentes conforme os objetivos citados e coerentes à tipologia documental destacada (FACHIN, 2009). Para sanar dificuldades de leitura, serão adotadas considerações paleográficas, a fim de investigar o processo de produção do texto e seus aspectos gráficos, estabelecendo as características extrínsecas do documento, facilitando sua leitura e transcrição e auxiliando na compreensão do sistema de escrita da época e muito além, suas implicações sociais (ACIOLI, 2003).

3. As edições do texto

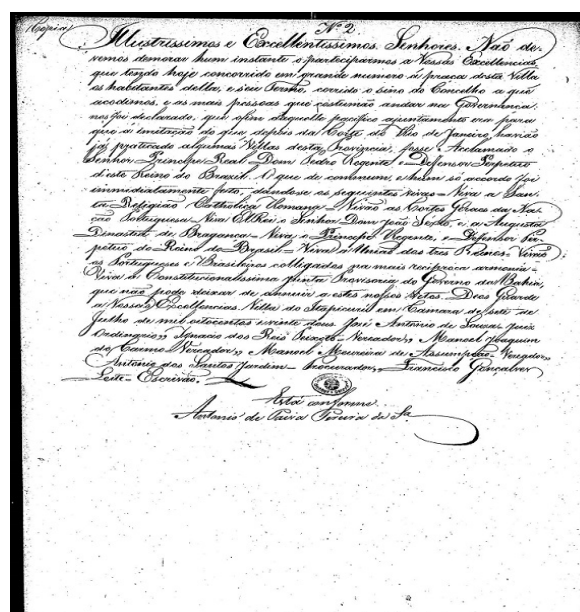
Cambráia (2005) destaca que uma das contribuições mais importantes da organização da edição de um texto é a recuperação do patrimônio cultural escrito de uma cultura, a transmissão e preservação desse patrimônio e o impacto que esta tarefa tem sobre todos os que se utilizam do texto como objeto de estudo, especialmente os estudos linguísticos e literários.

O texto manuscrito em estudo foi digitalizado pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco (2009), datado de 7 de julho de 1822, em Itapicurú e registrado por AHU_ACL_CU_005, Cx. 270, D. 19012, escrito em 1 fôlio, no recto, contendo 26 linhas. Contém uma numeração no ângulo superior central: nº 2. O documento apresenta letras com traçado cursivo, de tamanho médio, levemente inclinada para a direita, com separação entre as palavras e de fácil compreensão. Possuem somente duas abreviaturas: N^o e S.^a. Ocorre a presença de 1 carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino, na altura da linha 24 do manuscrito e traz a seguinte assinatura: Antonio de Paiva Pereira da Silva.

3.1. A Edição Fac-similar

O fac-símile de um documento é a reprodução de sua imagem obtida por meios mecânicos, que viabiliza maior fidelidade às características do documento. É um tipo de edição que permite a consulta direta pelo leitor especializado para a interpretação do testemunho, requerendo, portanto, outros tipos de mediação complementares, a depender do público e da finalidade a que se destina (CAMBRAIA, 2005).

Figura 4 - Fac-símile do manuscrito da Câmara da Vila de Itapicurú sobre a aclamação do príncipe D. Pedro, na referida Vila.



Fonte: Fundo AHU-Bahia, cx.259, doc.20 AHU_ACL_CU_005, cx.270, D.19012
Biblioteca Nacional Digital

3.2. A Edição Semidiplomática

É possível identificar nos textos, por meio da mediação filológica e da adoção de variados tipos de edição, os rastros da história dos sujeitos e das línguas, favorecendo sua compreensão como objeto cultural. Dos textos, são extraídos os registros de práticas linguísticas, que podem ser avaliadas criteriosamente e interpretadas como marcas de uma cultura. Assim, a prática editorial é recurso primordial para trabalhar com todo tipo de documentação, visto que é “uma ação de distinguir, mediar e articular” as relações entre texto e materialidade, a sua diversidade histórica, linguística, literária e cultural, enfim, suas identidades (GONÇALVES, 2017, p. 200). No que se refere à edição semidiplomática, para Gonçalves (2018, p. 160),

A edição semidiplomática é um produto editorial que conserva as características linguísticas do texto, como a ortografia e a pontuação, além de sua constituição gramatical e lexical, desdobrando as abreviaturas que se configuram como obstáculos para a leitura dos textos do passado. Normalmente, é utilizada como *corpus* pelo público especializado, a exemplo de linguistas e outros especialistas, para fins de análise e interpretação. Marcada por uma mediação editorial intermediária, a edição semidiplomática normalmente vem antecedida da edição fac-similar, reprodução mecânica do documento, podendo ainda ser seguida de outro produto editorial, a exemplo da edição interpretativa, que viabiliza uma leitura modernizada de documento de testemunho único [...].

Para a referida edição semidiplomática foram utilizadas, com as devidas adaptações ao *corpus* da pesquisa, as normas sugeridas pela Comissão de estabelecimento de normas para transcrição e edição de documentos manuscritos para a História do Português do Brasil, por ocasião do II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, São Paulo, em 1998 (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999):

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo o seguinte critério:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba;
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, nem se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: “mequeixou”; “deJustiça”; “Retirandose”; “daGente”;
4. A pontuação original será rigorosamente mantida.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: “Joaõ”, “advertencia”, “contem”;
6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original.
7. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais <>, na localização indicada;
8. Intervenções de terceiros no documento original, devem aparecer no final do documento informando-se a localização;

9. Intervenções do editor hão de ser raríssimas;
10. Letra ou palavra não legível justificam intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [ilegível].
11. A divisão das linhas do documento original será preservada na edição.
12. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor.
13. As assinaturas simples ou as rubricas serão sublinhadas. Os sinais públicos serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Pedro de Vasconcelos; sinal público: [PedrodeVasconcelos].
14. Trecho não legível por deterioração receberá a indicação [corroídas ± quantidade de linhas]. Se for o caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão, mancha de tinta ou rasura, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
15. As palavras transcritas por conjectura serão marcadas por chaves.
16. Supressões feitas pelo escriba ou pelo copista no original serão tachadas.
17. Serão apresentadas no aparato crítico, ao lado esquerdo da mancha escrita e à direita do leitor, apenas as abreviaturas (CAMBRAIA; CUNHA; MEGALE, 1999, p. 23-26).

Edição Semidiplomática do Manuscrito digitalizado pelo Projeto Resgate (1822)

|||r||

(Copia)	<u>Número 2.</u>	N°
5	<p>Illustrissimos e Excellentissimos Senhores. Naõ de= vemos demorar hum instante a participarmos a Vossas Excellencias, que tendo hoje concorrido em grande numero á praça desta Villa os habitantes della, e seu Termo, corrido o sino do Concelho a que acodimos. e as mais pessoas que costumão andar na Governança: nos foi declarado, que ofim daquelle pacifico ajuntamento era para que a imitação do que, depois da Corte do Rio de Janeiro, havião já praticado algumas Villas desta Provincia, fosse Acclamado o</p>	
10	<p>Senhor, Principe Real Dom Pedro Regente e Defensor Perpetuo d'este Reino do Brasil. O que de commum, e hum só accordo foi imediatamente feito, dandosse as seguintes vivas= Viva a San= ta Religião Catholica Romana = Vivão as Cortes Geraes da Na= ção Portuguesa= Viva ElRei o Senhor Dom João Sexto, e a Augusta</p>	
15	<p>Dinastia de Bragança= Viva o Principe Regente, e Defensor Per= petuo do Reino do Brasil= Viva a União dos tres Reinos= Vivão os Portugueses e Brasileiros colligados na mais recíproca harmonia= Viva a Constitucionalissima Junta Provisoria do Governo daBahia, que não pode deixar de annuir a estes nossos Votos. Deos Guarde</p>	
20	<p>as Vossas Excellencias. Villa do Itapicurú em Camara de sete de julho de mil oitocentos e vinte dous. Jozé Antonio de Souza = Juiz Ordinário,,⁶ Ignacio dos Reis Peixoto =Vereador,, Manoel Joaquim</p>	

6. A vírgula dupla, como parece ser o caso em questão, é tratada por Rocha (1997), Tournier (1980) e Catach (1980) com função de aposição e poder isolante das frases, sinal de enunciação para dar entrada a um discurso ou como permissão para inserção de uma frase. Segundo Catach (1980), a vírgula é a ancestral das aspas. Acioli (2003) indica a vírgula dupla como travessão duplo, apresentando a mesma função em manuscritos oriundos do Brasil Colônia, como este.

do Carmo = Vereador,, Manoel Moureira de Assumpção = Vereador,,
Antonio dos Santos Jardim = Procurador,, Francisco Gonçalves (Escrivão).
25 Leite = Escrivão.⁷

⁸Está conforme.

[Antonio de Paiva Pereira da Silva]

Silva

3.3. A Edição Interpretativa

Este tipo de edição talvez seja a mais controversa, pois o rigor científico não a aceita como edição confiável para estudos linguísticos. Cambraia (2005) a nomeia de edição modernizada e aponta nesta edição a desvantagem da subjetividade, por retratar apenas o olhar do editor. Segundo Silva (2012), a edição interpretativa atinge o grau máximo de mediação admissível a depender do público a que se destine; e em nosso caso, “seu público-alvo principal estará interessado no texto autêntico, com a informação histórica e documental segura, apurado dos arcaísmos linguísticos” (SILVA, 2014, p. 29). Gonçalves (2019, p. 15-16) afirma que:

[...] a edição interpretativa [...] é compreendida como edição modernizada de textos com tradição única, também chamada de tradição monotestemunhal. A edição interpretativa de caráter modernizante tem por objetivo atrair e incluir mais leitores e dar, aos mesmos, outras opções de leituras, mais fluídas e compreensíveis, não servindo, portanto, para fins de análise diacrônica. Mas ela poderá ser apresentada conjuntamente ao lado de edições conservadoras, a exemplo das edições fac-similar e semidiplomática – também chamada de diplomático-interpretativa ou conservadora – que irão assegurar mais rigor técnico na reprodução do documento ou fixação do texto para fins linguísticos, destinando-se, portanto, ao público de especialistas, a exemplo de linguistas, que se voltam para a reconstrução da mudança nos seus diversos níveis de análise linguística.

No que se refere à edição interpretativa (não conservadora), adota-se uma adaptação dos critérios estabelecidos por Silva (2014, p. 29-31), no projeto Memória Colonial do Ceará. A proposta da edição publicada neste artigo é apresentar o texto de uma forma acessível a um público mais amplo do que filólogos e linguistas, sugerindo a utilização do texto para o ensino básico de língua portuguesa, em uma perspectiva histórica. Critérios para a Edição Interpretativa:

7. Ao final do texto e antes da assinatura, aparece uma marcação que possivelmente se trata de uma rubrica ou sinal que finaliza o texto, impedindo que o texto venha a sofrer acréscimos.

8. Presença de carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino.

1. As grafias originais serão atualizadas para os mais recentes padrões ortográficos:
 - a) os caracteres grafo-fonéticos duplicados serão simplificados: “ll”, “cc”, “mm”, excetuando-se “rr” e “ss”;
 - b) todos os nomes próprios serão postos em letra maiúscula, bem como termos referentes ao monarca, cargos e instituições públicas, títulos de honra, conforme a norma padrão vigente: “Ilustríssimos”, “Excelentíssimos” “Senhores”;
 - c) introduz-se letra maiúscula também após ponto final, título ou rubrica e no início do texto;
 - d) a vogal nasal ou nasalizada será grafada conforme as normas ortográficas atualmente vigentes;
 - e) será uniformizado o uso de *c* ou *ç* na representação de consoantes sibilantes;
 - f) será uniformizado o uso de *g* ou *j* para representação de consoantes palatais ou velares;
2. As abreviaturas que houver, serão desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura;
3. Os diacríticos serão uniformizados de acordo com o sistema atual, quando possível;
4. A pontuação do documento será uniformizada de acordo com o sistema atual, quando possível, baseando-se em critérios sintáticos e sem comprometer o sentido do texto:
 - a) O sinal de divisão silábica, representado por hífen duplo (=), usado para separação de palavras, no final da linha, será atualizado para o hífen simples (-);
 - b) Quando houver divisão silábica, sem uso de pontuação, o hífen simples (-) será inserido;
 - c) O uso deste sinal, quando utilizado para evidenciar palavra, expressão ou frase, será atualizado para um sinal correspondente ao sistema vigente.
5. A pontuação poderá ser substituída, conforme a prosódia;
6. A paragrafação será estabelecida segundo o sentido do texto;
7. A divisão das linhas do documento original será adaptada conforme a paragrafação;
8. Demais intervenções e considerações serão postas em nota de rodapé (SILVA, 2014, p. 29 - 31).

Edição Interpretativa do Manuscrito digitalizado pelo Projeto Resgate (1822)

||1r||

	(Cópia)	<u>Número 2</u>	Nº
	Ilustríssimos e Excelentíssimos Senhores,		
	Não devemos demorar um instante a participarmos a Vossas Excelências		
5	que tendo hoje concorrido em grande número à praça desta Vila		
	os habitantes dela, e seu termo, corrido o sino do Conselho a que		
	acudimos, e as mais pessoas que costumam andar na Governança,		
	nos foi declarado que a fim daquele pacífico ajuntamento em para		
	que a imitação do que depois da Corte do Rio de Janeiro, haviam		
	já praticado algumas vilas desta província, fosse aclamado		
10	o Senhor Príncipe Real Dom Pedro, Regente e Perpétuo		
	deste Reino do Brasil, o que de comum e um só acordo foi		
	imediatamente feito, dando-se as seguintes vivas: Viva a San-		
	ta Religião Católica Romana - Vivam as Cortes Gerais da Nação		
	Portuguesa - Viva El Rei o Senhor Dom João Sexto, e a Augusta		

- 15 Dinastia de Bragança - Viva o Príncipe Regente, e Defensor Per-
pétuo do Reino do Brasil - Viva a União dos três Reinos - Vivam
os Portugueses e Brasileiros coligados na mais recíproca harmonia -
Viva a Constitucionalíssima Junta Provisória do Governo da Bahia,
que não pode deixar de anuir a estes nossos vetos. Deus Guarde
20 as Vossas Excelências. Vila do Itapicurú, em Câmara de
sete de julho de mil oitocentos e vinte dois. José Antonio de Souza, juiz
ordinário; Ignacio dos Reis Peixoto, Vereador; Manoel Joaquim
do Carmo, Vereador; Manoel Moureira de Assumpção, Vereador;
Antonio dos Santos Jardim, Procurador; Francisco Gonçalves
25 Leite, Escrivão

ºEstá conforme

Antonio de Paiva Pereira da Silva

Sª

Considerações finais

A elaboração de edições demonstra quanta história e quanta memória um documento histórico pode carregar desde a sua produção e circulação até a sua recepção, nos dias atuais, e quantos sentidos um documento pode mobilizar em diferentes atores da vida social, em diferentes épocas, espaços, segmentos sociais, sem falar da importância da sua materialidade. As edições possibilitaram superar inúmeros desafios de interpretação, que demandaram o amparo não só da Filologia, mas também da Diplomática, da História e da Paleografia.

Espera-se que esta iniciativa possa atender aos interesses dos diferentes públicos elencados para a recepção de tais edições e que sirva de incentivo a outros trabalhos que estejam dispostos a apresentar edições a públicos diversos, contemplando o meio acadêmico e fora dele, sem deixar de atender a especialistas em estudos linguísticos, literários e históricos, mas também atingindo leitores não especializados, por entender que a ampla divulgação desses manuscritos pode se tornar instrumentação coletiva e individual para o reconhecimento dos grupos sociais, no Brasil e da luta por reconhecimento e legitimidade de povos indígenas e negros.

Referências

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia*. Recife: Massangana/ Fundação Joaquim Nabuco, 2003.

AMARAL, Braz do. *Ação da Bahia na obra da independência nacional*. Salvador: EDUFBA, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/461/1/Acao%20da%20Bahia%20na%20obra%20da%20independencia%20nacional.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2019.

9. Presença de carimbo do Arquivo Histórico Ultramarino.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, v. 8). Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf8.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2017.

CAMBRAIA, César Nardelli; CUNHA, Antonio Geraldo da; MEGALE, Heitor. Normas para a transcrição de documentos manuscritos para a história do português do Brasil. In: _____. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 23-26. (Série Diachronica, 1).

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361273/mod_resource/content/1/Cambraia%20%282005%29.pdf>. Acesso em: 24 out. 2018.

CATACH, NINA. La ponctuation. In: _____. (org.). *Langue française*, nº45, 1980. p. 16-27. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/AsPDF/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5260.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

CHARTIER, Roger. 'Escutar os mortos com os olhos.' *Estudos Avançados*. São Paulo. v. 24, n. 69, p. 6-30. 1 jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10510>>. Acesso em: 19 set. 2018.

COSTA, Renata Ferreira. *Apropriação de fontes textuais no século XVIII: o caso da memória histórica da Capitania de São Paulo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2018.

COSTA, Renata Ferreira. *Edição Semidiplomática de Memória Histórica da Capitania de São Paulo, Códice E11571 do Arquivo do Estado de São Paulo*. 2007. 558f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. Critérios de leitura de manuscritos: em busca de lições fidedignas. *Filol. linguíst. port.*, São Paulo, n. 10-11, p. 237-262, 2 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59824>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

FACHIN, Phablo Roberto Marchis. *Estudo paleográfico e Edição Semidiplomática de manuscritos do Conselho Ultramarino (1705 – 1719)*. 2006. 122f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2006. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23082007-120203/pt-br.php>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Diálogos entre Crítica Filológica e Linguística Histórica: construindo trilhas para o estudo linguístico de textos históricos. In: ATAÍDE, Cleber *et al.* (Org.) *Estudos linguísticos e literários* [recurso eletrônico]: caminhos e tendências. 1 ed. São Paulo: Pá de Palavra, 2019. p. 11-20. Disponível em: <https://gelne.com.br/arquivos/Estudos%20linguisticos%20e%20literarios%20-%20vol_1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Leitura crítico-filológica de Resolução de 1822: revoltas, vigilância, violência e punição na Bahia do século XIX. *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 153-174, ago./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/151476>>. Acesso em: 10 dez. 2018.

GONÇALVES, Eliana Correia Brandão. Léxico e história: lutas e contextos de violência em documentos da Capitania da Bahia. *Revista da Abralín: Associação Brasileira de Linguística*, v. 16, n. 2, p. 191-218, jan./fev./mar./abril de 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/52006>>. Acesso em: 01 jun. 2017.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. *O povo e a guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. 2004. 140f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2004. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2004_guerra_filho_sergio_armando_diniz_o_povo_e_a_guerra_participacao_das_camadas_populares_nas_lutas_pela_independencia_do_brasil_na_bahia.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4 ed. Campinas: São Paulo: EDUNICAMP, 1996. p. 462-473.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica* - “ouvir o inaudível”. São Paulo, Parábola Editorial, 2008.

MUNHOZ, Renata Ferreira. *Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus*: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade. 2015. 938f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-22122015-124218/pt-br.php>>. Acesso em: 12 mai. 2018.

RICOEUR, Paul. *Memória, história e esquecimento*. Trad. Alain François [et al.] Campinas: EDUNICAMP, 2008. p. 25-134.

ROCHA, Iúta Lerche Vieira. O Sistema de Pontuação na Escrita Ocidental: uma retrospectiva. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*. vol. 13, n. 1, São Paulo, fev. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-44501997000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SALDANHA, Nelson Nogueira. Monarquia. *História das Ideias Políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001, p. 81-213. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1052>>. Acesso em: 06 dez. 2018.

SANCHIS, Antonio Mestre. La Carta, fuente de conocimiento histórico. *Revista de História Moderna*. Valência: Universitat de València. n. 18, 2000, p. 13-26. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/16358430.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2018.

SILVA, José Pereira da. A Edição Interpretativa e a Língua Portuguesa na Memória Colonial do Ceará. *Revista Philologus*, ano 20, nº 58. Rio de Janeiro: CiFEFiL, jan./abr. 2014, p. 21-32.

SILVA, José Pereira da. O método em Filologia. *Revista Soletas*. n. 23. Rio de Janeiro, jan./jun., 2012, p. 249-269. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletas/article/view/3883>>. Acesso em: 06 mai. 2019.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica*: crítica textual. São Paulo: Cultrix, 1977.

TOURNIER, Claude. Histoire des idées sur la ponctuation, des débuts de l'imprimerie à nos jours. In: CATACH, Nina et al. (orgs.). *Langue française*, nº45, 1980, p. 28-40. Disponível em: <https://www.persee.fr/docAsPDF/lfr_0023-8368_1980_num_45_1_5261.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2020.